

Histórias e escândalos de um ex-camelô

Atrás de cada sorriso dominical do ex-camelô e atual animador de TV Sílvio Santos, de 58 anos, — um descendente de família greco-judaica cujo nome verdadeiro é Senhor Abravanel — existe uma história empresarial recheada de denúncias envolvendo escândalos policiais provocados pelas atividades de algumas das 23 empresas do grupo, cuja **holding** é a Sílvio Santos Administração e Participações. Como consequência de tantas acusações, no final de 1988 Sílvio Santos se viu envolvido até com uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Na época, o Líder do PMDB no Senado, Ronan Tito, tentou instalar CPI com o objetivo de investigar as atividades do empresário e do seu “Baú da Felicidade”, uma espécie de poupança popular que promove a distribuição de prêmios através de sorteios e que já tornou-se a marca registrada do animador desde a década de 60. Na verdade, o “Baú da Felicidade” foi o bilhete premiado na vida do proprietário do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) por ter sido para ele uma alavanca no acúmulo de um patrimônio estimado hoje em mais de US\$ 300 milhões.

Conhecido entre alguns parlamentares como o “o homem do golpe do baú” — Ronan Tito é um dos congressistas que usa este termo — Sílvio traz em sua biografia justificativas para a ironia: a Promotoria de Defesa do Consumidor de São Paulo já requereu à Delegacia de Defesa do Consumidor (Decon) cópias de peças do inquérito policial que apura crimes de estelionato atribuídos a vendedores do “Baú da Felicidade”.

O inquérito foi requisitado pela Promotoria em função de informações de que agentes do “Baú” estavam aplicando o “golpe do carnê premiado”, induzindo as vítimas a entregar dinheiro em espécie em troca de papéis sem valor. O que for apurado nesse procedimento servirá de base ao ajuizamento de ação civil pública para fechar o “Baú da Felicidade”.

Há algum tempo, Sílvio fora de-

nunciado pela Promotoria Criminal sob a acusação de ilícitos praticados por ele e outros diretores da Liderança Capitalização S/A. Eles atraíam investidores fazendo-os acreditar que estavam aplicando em cadernetas de poupança. Entretanto, a denúncia foi rejeitada pelo Juiz da 23ª Vara Criminal, decisão confirmada pelo Tribunal de Justiça. Pesquisa junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo revela várias ações distribuídas contra a Liderança Capitalização, do grupo Sílvio Santos.

Entre elas o Tribunal tem arquivado nove processos: ações ordinárias propostas por Clínic Clínicas para Indústria e Comércio (22ª Vara Cível); sumaríssima, proposta por Dinair Mund (20ª Vara Cível); ordinárias de despejo, requerida por Oswaldo Domingues Ganeiro (Fórum Regional da Penha); acidentes de trabalho, proposta por José Alfredo dos Santos (5ª Vara de Acidentes do Trabalho); declaratória, requerida por Maria de Lourdes Sá Freire (1ª Vara Cível do Fórum de Itaquera); precatória, requerida pelo Município de Indaiatuba; notificação, proposta por Maria Eunice de Oliveira Motta (1ª Vara Cível); notificação, requerida por Dionísio Eleutério de Oliveira (20ª Vara Cível); notificação, proposta por Luciano da Silva Maia (29ª Vara Cível); notificação, requerida por Oswaldo Domingues Gabeiro, Waldomiro Domingues Gabeiro e outros (Fórum Regional da Penha).

Ao contrário da maioria de suas polêmicas atividades empresariais, as incursões políticas de Sílvio, a partir de 1986, não têm tido sucesso. Há dois anos, foi acusado — pelo escritor católico Neimar de Barros — de integrar uma organização secreta de extrema direita intitulada “Secretaria”. Nas eleições de 1988, foi cotado como provável candidato à sucessão do Prefeito Jânio Quadros. Seus planos foram interrompidos por uma doença nas cordas vocais. Pensando que sofria de câncer, Sílvio viajou aos Estados Unidos para tratamento. Hoje, está recuperado.